

EMPREGO E DESEMPREGO: UMA ANÁLISE DA REGIÃO NORTE FLUMINENSE 2014 – 2015

Neuza Maria de Siqueira Nunes¹
Maria Margarete Salvate Brasil²
Sergio Elias Istoe³
Simone Alves de Carvalho⁴
Tauã Lima Verdan Rangel⁵

Grupo de Trabalho: ST2. Desenvolvimento, Trabalho e Educação: mudanças no mercado de trabalho frente às novas dinâmicas econômicas; escolaridade e qualidade da educação; estrutura ocupacional; emprego e desemprego; trabalho e economia solidária, saúde e trabalho.

RESUMO

As transformações ocorridas no mercado de trabalho no Brasil tiveram impacto sobre o nível de emprego e desemprego do País, resultando no aumento da informalidade. Os dados comprovam a desaceleração da economia observada na segunda metade de 2014 com a tendência de enfraquecimento da atividade econômica. O impacto refletiu na economia da Região Norte Fluminense, que, embora represente o segundo maior PIB do Estado do Rio de Janeiro, teve efeitos no mercado de trabalho com a diminuição do emprego, o aumento do desemprego e da informalidade. Os indicadores apontam para um saldo negativo de empregos formais na Região Norte Fluminense com grande recuo de vagas de emprego formal no mercado de trabalho no período 2014-2015, resultando em alta taxa de desemprego.

Palavras-chave: Emprego. Desemprego. Região Norte Fluminense.

¹Mestra em Economia Empresarial. Professora da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) – Unidade de Bom Jesus do Itabapoana.

²Mestra em Língua Portuguesa. Professora da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) - Unidade de Bom Jesus do Itabapoana.

³Mestre em Economia Empresarial. Professor da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) - Unidade de Bom Jesus do Itabapoana.

⁴Mestra em Economia Empresarial. Professora dos Institutos Superiores de Ensino do CENSA – Campos dos Goytacazes.

⁵Doutor e Mestre em Ciências Jurídica e Sociais. Professor dos cursos de Direito e Medicina da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC) - Unidade de Bom Jesus do Itabapoana-RJ e do curso de Direito do Instituto de Ensino Superior do Espírito Santo (MULTIVIX) – Unidade de Cachoeiro de Itapemirim-ES

1 INTRODUÇÃO

O mercado de trabalho no Brasil vem passando por mudanças pela necessidade de adaptar-se à organização do mercado e às relações de trabalho. De um lado, a abertura econômica decorrente das imposições do mercado global levou adiante programas de privatizações, ajuste fiscal, estabilização, flutuação cambial e novas tecnologias, de outro lado, houve inconsistências entre as regras trabalhistas da Constituição de 1988, gerando consequências no mercado de trabalho como o aumento do desemprego e da informalidade.

Nas décadas de 1980 e 1990, o desemprego e a informalidade cresceram no Brasil, fruto da combinação dos fatores já evidenciados e da relação desses com as instituições que regulam as taxas de empregos. A análise desta realidade envolve um conjunto de fatores, que, relacionados entre si, oferecem maior visibilidade sobre os índices de emprego e de desemprego no Brasil.

A complexidade do mercado de trabalho decorre do fato de que o contrato de trabalho, na legislação atual, é um investimento de risco para as empresas, ao mesmo tempo em que não assegura estabilidade ao trabalho, reconhece a necessidade de constante aprimoramento para fazer frente à competitividade, sendo este um fator que necessita de mudanças.

As transformações econômicas evidenciaram que o nível da população ocupada diminuiu nos primeiros meses de 2014. A evolução da ocupação total revela que o baixo dinamismo no nível da atividade econômica afetou o mercado de trabalho, tendo como principal justificativa da manutenção de baixos níveis na taxa de desemprego o recuo na taxa de participação. O desempenho do mercado de trabalho em 2015 registra que o nível de ocupação apresenta retração e que a taxa de atividade aponta para valores bem abaixo dos registrados nos anos anteriores.

O presente tem como objetivo analisar a trajetória de emprego e desemprego da Região Norte Fluminense do Estado do Rio de Janeiro. A Região Norte Fluminense, diante do cenário econômico nacional, teve um saldo negativo de empregos em 2014 e no ano de 2015. A Região registrou retração de empregos formais com destaque negativo na taxa de desemprego, que apresentou uma tendência de elevação expressiva.

2 MUDANÇAS NO MERCADO DE TRABALHO

No início dos anos 1990, surgiram claros sinais de reorganização do mercado de trabalho, que vieram a provocar profundas mudanças nesse mercado. Segundo Mendonça (2003), as mudanças no mercado de trabalho podem ser explicadas através de baixas taxas de crescimento econômico, abertura comercial e financeira desregulada, crescimento da PEA (população economicamente ativa), perda de importância do emprego industrial, inovação tecnológica, privatização, terceirização de atividades e queda da taxa de investimento total, em particular do investimento público.

O Dieese (2001) evidenciou que, no início dos anos 90, período marcado pelo começo da deterioração do mercado de trabalho, a década foi marcada como uma espécie de divisor de águas no que se relaciona às trajetórias dos principais indicadores da situação do trabalho no Brasil. Ainda segundo o Dieese,

Após cinquenta anos de progressivo aumento no trabalho assalariado e formalização das relações de trabalho, houve uma drástica regressão no mercado de trabalho, com aumento de todas as formas de desemprego, aumento dos vínculos vulneráveis, queda dos rendimentos reais e concentração da renda.

A parcela da população que se manteve ocupada, ou que conquistou nova ocupação, também viu as condições de trabalho se deteriorarem no período. Contratos de trabalho fora dos marcos legais em expansão, extensas jornadas de trabalho, modificações na legislação trabalhista, entre outros fatores, aprofundaram o caráter heterogêneo do mercado de trabalho nacional (DIEESE, 2001, p.11).

O mercado de trabalho brasileiro, segundo Ramos (2006), foi responsável pelo aumento significativo da informalidade ao longo dos anos 90, devido, basicamente, ao seu comportamento no âmbito metropolitano. A partir de dados da PNAD, foi observada uma elevação de quase 6 pontos percentuais, de 38,3% para 44,1%, na taxa de informalidade metropolitana no período. Nas áreas não metropolitanas, houve redução de cerca de 4 pontos percentuais, de 58,5% para 54,6%, entre 1992 e 2004. A junção desses dois movimentos, metropolitanos e não metropolitanos, acarretou uma estabilidade da informalidade no mercado de trabalho. Houve uma redução do percentual da informalidade, de 51,9%, em 1992, para 51,2%, em 2004. Embora tenha reduzido a informalidade no período 1992 a

2004, nas décadas seguintes, percebeu-se um aumento do trabalho informal no País.

O trabalho informal é definido por aquele cujas atividades produtivas são executadas à margem da lei, especialmente da legislação trabalhista vigente e estabelecida no país. Nele, estão incluídos os trabalhadores por conta própria, que, em grande parte, não contribuem à previdência, os trabalhadores sem carteira assinada e os não remunerados. Este ponto de vista compreende o trabalho informal a partir da precariedade da ocupação.

Entretanto, o trabalho informal é também definido como aquele vinculado a estabelecimentos de natureza não tipicamente capitalista, estabelecimentos que se distinguem pelos baixos níveis de produtividade e pela pouca diferenciação entre capital e trabalho. O núcleo básico seria formado pelos trabalhadores por conta própria, mas também pelos empregadores e empregados de pequenas firmas com baixos níveis de produtividade.

Após os anos 80, e em especial na década de 90, houve uma ampliação no setor informal de trabalho. Conforme relatório da CEPAL (1997 *apud* CACCIAMALI, 2000), os 84% dos empregos gerados de 1990 a 1995 corresponderam ao setor informal, resultado de um processo de mudanças estruturais na sociedade e na economia, que veio a redefinir as fases de produção e de inserção no mercado de trabalho.

Para Cacciamali (2000), o segmento informal pode ser entendido conforme a natureza e a partir da estrutura do processo produtivo, considerando como pertencentes ao mercado de trabalho informal os trabalhadores que não são protegidos pela legislação trabalhista em contraste com trabalhadores de carteira assinada. O termo informalidade pode ser visto sob duas óticas: por um lado, a relação entre capital e trabalho não são claras, realizado em micro e pequena empresa; por outro lado, a informalidade recai sobre a oferta de mão de obra provocando uma remuneração salarial ilegal, fora das leis trabalhistas.

O emprego formal pode ser compreendido por aquele em que prevalecem as relações de trabalhos assalariados. Dele, fazem parte o conjunto de empresas que apresentam relações jurídicas de trabalho, proporcionando ao indivíduo proteção como INSS, FGTS, seguro-desemprego e PIS/PASEP, entre outros. Há uma predominância das relações de produção capitalista, com a divisão entre o capital e

o trabalho, tendo a remuneração padronizada pelo salário e o nível de emprego dependente diretamente da produção.

Para Amitrano (2015), o mercado de trabalho no Brasil é fortemente evidenciado pela categorização da formalidade *versus* informalidade. No País, a legislação para o emprego formal exige a carteira de trabalho assinada a todos trabalhadores assalariados, e a definição de informalidade ficou associada à posse ou não da mesma.

De acordo com o autor, a legislação trabalhista é amparada e assegurada:

pelo contrato laboral efetuado mediante a assinatura da carteira de trabalho e/ou por meio do regime jurídico que regula as relações trabalhistas no serviço público, explica, certamente, parte significativa dos fenômenos que estão inscritos ou que pertencem ao domínio daquilo que se convencionou chamar de “mundo do trabalho”. Não obstante, a despeito dos méritos que a divisão deste mercado em dois segmentos estanques possa ter, compreensão adequada da estrutura e da evolução de variáveis como ocupação, rendimento, condições de trabalho, entre outras, transcende em muito esta repartição dualista (AMITRANO, 2015 p. 28).

De acordo os dados da RAIS (2014), observa-se que o nível de emprego formal do País cresceu 1,27% em relação ao estoque de trabalhadores formais do ano anterior, 2013, correspondendo, em termos absolutos, a um aumento de 623.077 postos de trabalho, conforme figura 1. Os dados corroboram que a trajetória de crescimento do emprego formal nos últimos anos apresentou um ritmo menor. Em 2014, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua do IBGE, a taxa de desemprego do País ficou em 6,8% (RAIS, 2014, p.04).

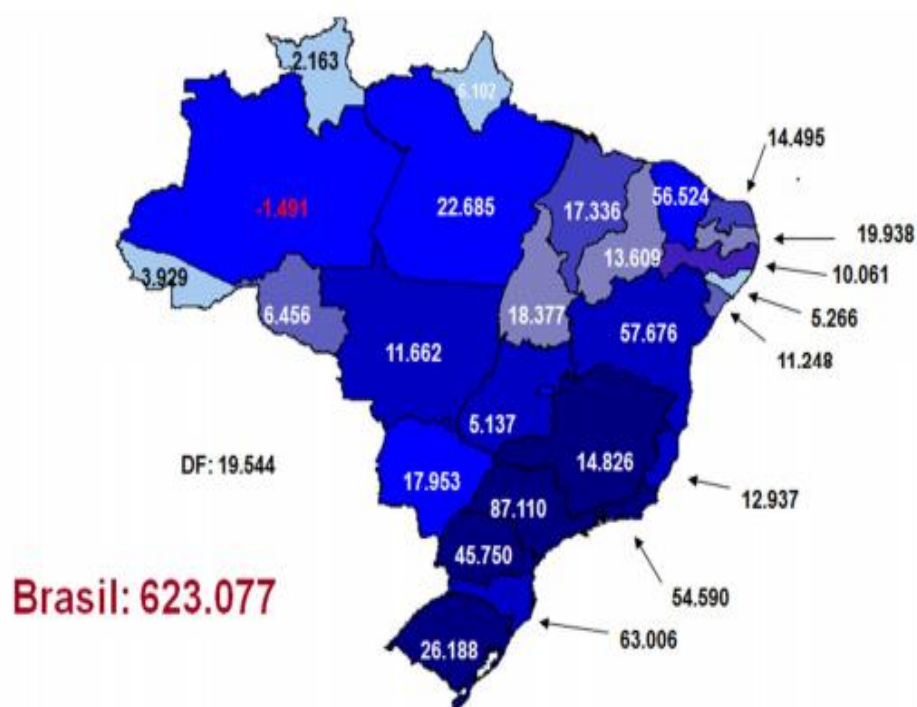


Figura 1: Saldo do Emprego Formal-2014 (Variação Absoluta)
 Fonte: (RAIS, 2014)

No primeiro semestre de 2015, houve um crescimento de 15,9% na taxa de desemprego entre o primeiro semestre de 2014 e o primeiro semestre de 2015. Enquanto, no primeiro semestre de 2014, houve ligeira geração de empregos, no primeiro semestre de 2015, houve destruição de 389,5 mil postos no País (IPEA, 2015, p, 13).

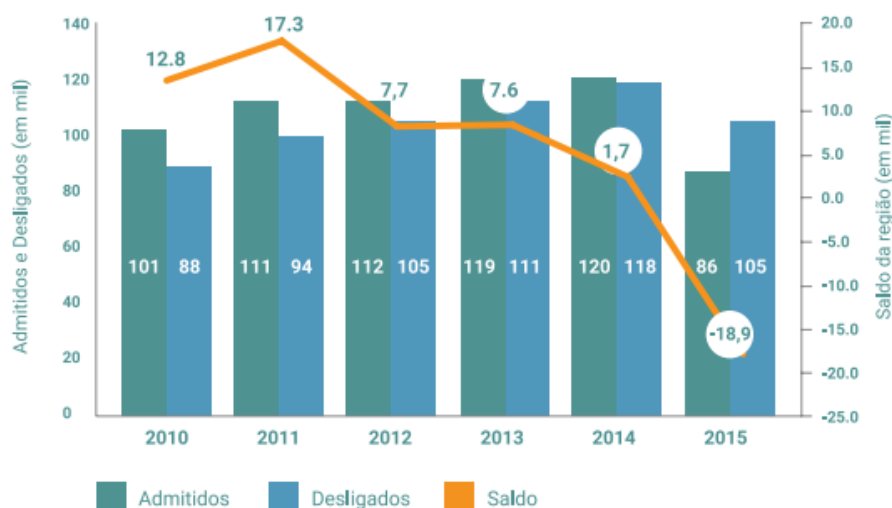
Os indicadores do mercado de trabalho retratam trajetórias negativas de emprego com aumento expressivo de desemprego no País no período do segundo trimestre de 2014 ao ano de 2015, refletindo também na Região Norte Fluminense do Estado do Rio de Janeiro.

3 EMPREGO E DESEMPREGO NO NORTE FLUMINENSE 2014-2015

A Região Norte Fluminense representou o 2º maior PIB do Estado do Rio de Janeiro, no período 2012-2013, apresentando o valor de R\$ 107 bilhões. A quantia é equivalente a 17,2% do PIB do estado, estando atrás somente da capital em relação ao produto interno. Em 2015, os municípios da região concentravam 905 mil habitantes, o equivalente a 5,5% do total da população estadual.

O gráfico 1, a seguir, representa uma série temporal de acordo com os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho e Previdência Social, do mercado de trabalho para a Região Norte Fluminense. O maior saldo entre admitidos e desligados foi registrado no ano de 2011, resultando positivamente na geração de 17,3 mil empregos. Apesar do aumento, nos anos seguintes, do número absoluto de admissões, chegando ao máximo de 120 mil empregos em 2014, o saldo final foi retroagindo demasiadamente.

**Gráfico 1: Admitidos, desligados, saldos:
Região Norte Fluminense 2010-2015**



Fonte: (SEBRAE, 2016)

A partir do ano de 2015, o cenário no mercado de trabalho foi se agravando e o ano encerrou, pela primeira vez em toda a série, de acordo com o gráfico 1, com o total de desemprego superando o total de admissões, o que gerou um saldo negativo de 18,9 mil empregos formais no Norte Fluminense. Os números representam o 4º maior saldo negativo do Estado do Rio de Janeiro, inferiores apenas aos resultados apresentados pelos municípios que fazem parte da região metropolitana do Rio de Janeiro (SEBRAE, 2016, p.14)

**Tabela 1: Saldo no Nível de Emprego:
Estado do Rio de Janeiro, Norte Fluminense e Municípios, 2014-2015**

	2014			2015		
	ADMITIDOS	DESLIGADOS	SALDO	ADMITIDOS	DESLIGADOS	SALDO
ERJ	1.818.600	1.783.856	34.744	1.484.567	1.663.389	-178.822
Norte Fluminense	119.633	117.930	1.703	85.744	104.646	-18.902
Campos dos Goytacazes	40.440	40.087	353	28.939	33.837	-4.898
Carapebus	432	455	-23	438	391	47
Cardoso Moreira	340	227	113	200	260	-60
Conceição de Macabu	433	409	24	286	345	-59
Macaé	57.744	57.909	-165	40.121	51.470	-11.349
Quissamã	642	573	69	363	436	-73
Rio das Ostras	12.714	11.190	1.524	10.463	12.407	-1.944
São Fidélis	1.189	1.006	183	934	920	14
São Francisco de Itabapoana	1.168	1.160	8	913	925	-12
São João da Barra	4.531	4.914	-383	3.087	3.655	-568

Fonte: (SEBRAE, 2016)

O efeito da crise econômica nacional no Estado do Rio de Janeiro, o ano de 2015, de acordo com tabela 1, apresentou saldo negativo em quase 179 mil empregos formais. Na Região Norte Fluminense, apesar de um saldo positivo de 1.703 empregos, em 2014, no ano seguinte, a região registrou retração de 18.902 empregos formais. Do total, em 2015, dos mais de 104 mil empregados desligados do trabalho formal na região, quase 50% estavam em Macaé, município com o pior desempenho do Norte Fluminense. O município de Campos dos Goytacazes, o 2º maior empregador da região, também apresentou forte retração no total de empregos com carteira assinada, com representação de -4,9%. Ainda em relação à região, apenas Carapebus e São Fidélis não evidenciaram saldo negativo no nível de emprego, ficando próximos da estagnação no mercado formal de trabalho (SEBRAE, 2016, p.15).

A indústria representa o 2º setor que mais emprega no Norte Fluminense, com mais de 63 mil postos formais de trabalho, cerca de 20%, sobressaindo também a maior participação das MGEs do setor na geração de empregos. A seguir, o setor de comércio com aproximadamente 55 mil empregos formais. Vale salientar que, em 2015, entre os quase 25 mil postos de trabalho da agropecuária no Estado do Rio de Janeiro, o Norte Fluminense apresenta a maior contribuição para o total de empregos nesse setor, com 18,5%, apesar de se tratar de um setor pouco

expressivo em relação aos demais na devida região, que concentra cerca de 1% dos empregos (SEBRAE, 2016, p.21).

Replicando a realidade do Rio de Janeiro, em 2014, o setor de serviços é o que mais emprega na Região Norte Fluminense, representando cerca de 50% dos empregos formais. No entanto, diversamente do Estado, o 2º maior setor em termos de mão de obra formalizada no Norte Fluminense é o da indústria, com 20,2%, registrando a concentração de mais empregos formais do que o comércio, com 17,5%. Na região, em termos relativos, o impacto da construção civil nos empregos (10,7%) é superior ao do Estado (6,5%). No município de Macaé, a indústria é ainda o setor com mais expressividade no total de empregos, sendo responsável por 31%, aproximadamente, dos postos formais de trabalho – o maior peso entre os municípios da região. O município de São João da Barra contrasta das demais cidades da região por apresentar cerca de 26% dos empregos formais no setor de construção civil, o 2º maior em termos de empregabilidade no município. O município de Carapebus se destaca pela concentração de empregos em serviços, com 85,2%, apresentando a taxa mais alta do Norte Fluminense, média muito superior à do Estado do Rio de Janeiro. O setor agropecuário tem destaque no mercado de trabalho em Cardoso Moreira e São Francisco de Itabapoana, representando 11% e 10,3% do total de empregos, respectivamente (SEBRAE, 2016, p.22).

A distribuição dos empregos em micro e pequenas empresas (MPEs), em 2014, por setor difere da distribuição setorial geral observada para o Norte Fluminense. O comércio, entre as MPEs, ganha expressividade em todos os municípios e praticamente empata com serviços na participação do emprego formal na região – ambos com aproximadamente cerca de 37%. Com exceção de Cardoso Moreira e São João da Barra, em todas as cidades da região o comércio emprega proporcionalmente mais que a média do estado, 33,9%, obtendo maior peso relativo em Carapebus, 54%. O setor agropecuário, no que lhe diz respeito, proporciona significativo número de empregos em MPEs em alguns municípios, estendendo sua participação no total de empregos, principalmente em Cardoso Moreira (23,2%) e São Francisco de Itabapoana (19,6%), onde emprega mais mão de obra do que no setor de serviços. A construção civil no município de São João da Barra ainda é muito expressiva em relação ao total de empregos também entre as MPEs, com

concentração de quase 20% dos empregos formais em micro e pequenas empresas do município (SEBRAE, 2016, p.23).

Ao final do ano de 2017, a atividade econômica fluminense, mesmo após esboçar reação, voltou a recuar neste início do ano de 2018, desempenho que teve como característica a variação de -0,5% do IBCR-RJ no trimestre encerrado em fevereiro. Em período mais recente, a variação constatada no comportamento de diversos indicadores setoriais indica que o retorno da atividade econômica no estado tem a tendência a ser mais lenta do que a analisada em nível nacional. “A indústria e vários segmentos relevantes do comércio registraram variações negativas no trimestre encerrado em fevereiro, em ambiente de contração do mercado de crédito e permanência da fragilidade do mercado de trabalho” (BRASIL, 2018, p. 42).

A insegurança relacionada à recuperação do consumo das famílias fluminenses perpassa essencialmente pela permanência da fragilidade do mercado de trabalho. No quarto trimestre de 2017, a taxa de desemprego no estado teve crescimento, atingindo 15,1% (14,5% no terceiro trimestre), em sentido contrário ao movimento observado no indicador nacional. Os dados do Caged evidenciaram a eliminação de 28,2 mil postos formais no trimestre finalizado em fevereiro, aglutinados nas áreas de comércio e serviços. Quando se considera os últimos doze meses, observa-se a eliminação de 78,2 mil empregos formais. No entanto, salienta-se que, desde o último trimestre de 2014, não houve criação de novos postos de trabalho formais no estado. O rendimento médio real e o salário real, conforme os dados da PNAD Contínua, do IBGE, variaram -2,3% e -0,6%, respectivamente, no quarto trimestre de 2017, em comparação ao mesmo período de 2016 (BRASIL, 2018, p. 42-43).

A atividade industrial no estado, no tocante aos indicadores de oferta, apresentou estabilidade, com recuo de 1,5% no trimestre em fevereiro de 2017, após avanço significativo no trimestre anterior. Como resultado do trimestre, houve reflexos na retração tanto do segmento de transformação, essencialmente na produção de coque (o carvão coque é um subproduto do carvão mineral), derivados de petróleo e biocombustíveis, setor atingido pelo aumento das importações de combustíveis, quanto do segmento extrativo, este último, consequência de cinco meses de redução na produção, de circunstâncias operacionais em algumas plataformas extrativistas. Em 2017, os financiamentos destinados às indústrias de

refino de petróleo, coque e álcool e às indústrias extrativas (com exceção de petróleo e gás) tiveram recuos expressivos no trimestre, de -12,5% e de -32,2%, depois de decréscimos de -4,2% e de -1,4% no trimestre anterior, respectivamente. A diminuição dos empréstimos disponibilizados às empresas relacionadas aos dois ramos de atividade tiveram impactos na redução de 5,1% de empresas no trimestre encerrado em fevereiro (BRASIL, 2018, p. 43).

O panorama do mercado de trabalho no Brasil foi marcado por profunda recessão a partir do ano de 2014 com reflexos na economia do país. No período analisado, 2014-2015, houve grande retração no emprego e aumento de desemprego na Região Norte Fluminense.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As modificações estruturais nas relações econômicas e trabalhistas que vêm ocorrendo no cenário internacional impactam diretamente no cenário econômico e produtivo nacional. Somam-se a este fenômeno os problemas econômicos e os escândalos políticos enfrentados internamente no País, que abalam a confiança dos investidores, nacionais e internacionais, empresários, trabalhadores e consumidores, gerando instabilidades no mercado produtivo com impacto nos níveis de emprego e desemprego resultando no aumento da informalidade.

O baixo desempenho da economia do Brasil teve impacto significativo no mercado de trabalho. A incerteza na economia do país refletiu no mercado de trabalho resultando na diminuição do emprego, no aumento significativo do desemprego e da informalidade do trabalho. Observa-se a importância da manutenção e da geração de empregos para o desenvolvimento socioeconômico do País e da Região Norte Fluminense, pois o aumento de vagas de trabalho formais não só representa maior geração de receitas para o Estado, mas contribui com o fomento a novos investimentos.

O impacto da crise econômica sobre a força de trabalho é significativo, pois exerce influência na qualidade da vida da sociedade como um todo agravando os indicadores sociais, reduzindo a arrecadação do Estado e os investimentos em programas sociais e políticas econômicas de crescimento. A Região Norte

Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, no período de 2014-2015, teve diminuição dos empregos formais e aumento significativo de desemprego.

REFERÊNCIAS

AMITRANO, Claudio Roberto. **Um mapa setorial do emprego e dos salários a partir dos dados da RAIS**. Ipea: Brasília, 2015.

BRASIL. Banco Central do Brasil: **Boletim Regional**, Brasília, v. 12, n. 2, abr. 2018. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/pec/boletimregional/port/2018/04/br201804P.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2018.

CACCIAMALI, M. C. Globalização e processo de informalidade. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 14, p. 153-174, jun. 2000. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/download/.../10674>>. Acesso em: 20 ago. 2018.

DIEESE. **A Situação do Trabalho no Brasil**. São Paulo: DIEESE, 2001

_____. **O Mercado de Trabalho Formal Brasileiro: Resultados da RAIS 2013**. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/notatecnica/2014/notaTec140Rais2013.pdf>>. Acesso em: 23 ago. 2018.

GLORIA, E. *et al.* **Trabalho na Sociedade Contemporânea: trabalho informal**. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Administração). Faculdade Novos Horizontes, Belo Horizonte, 2007. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/49112503/Trabalho-informal>>. Acesso em 22 ago. 2018.

IPEA. Análise do Mercado de Trabalho. **Boletim Mercado de Trabalho: Conjuntura e Análise**, Rio de Janeiro, n. 57, 2014. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_alphacontent&Itemid=144>. Acesso em: 21 ago. 2018.

_____. Análise do Mercado de Trabalho. **Boletim Mercado de Trabalho: Conjuntura e Análise**, Rio de Janeiro, n. 59, 2015. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_alphacontent&Itemid=144>. Acesso em: 23 ago. 2018.

MENDONÇA, S. E A. Perspectivas do mercado de trabalho para os próximos anos. **Mercado de Trabalho**, IPEA, n. 22, nov. 2003.

OIT. **A OIT e a Economia Informal**. 2006. Disponível em: <https://www.ilo.org/public/portugue/region/eurpro/lisbon/pdf/economia_informal.pdf> . Acesso em: 22 ago. 2018.

RAIS. **Características do Emprego Formal: Relação Anual de Informações Sociais – 2014**. Disponível em: <<http://portalfat.mte.gov.br/wp-content/uploads/2016/03/Caracter%C3%ADsticas-do-Emprego-Formal-segundo-a-Rela%C3%A7%C3%A3o-Anual-de-Infoma%C3%A7%C3%B5es-Sociais-2014-31082014.pdf>>. Acesso em: 22 ago. 2018.

RAMOS, Lauro. O Desempenho Recente do Mercado de Trabalho Brasileiro. In: TAFNER, Paulo (ed.). **Brasil: o estado de uma nação**. Rio de Janeiro: Ipea, 2006.

SEBRAE. **Painel regional: Norte fluminense**. Observatório Sebrae, RJ, 2016. Disponível em: <https://m.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/RJ/Anexos/SebraePainel_NorteFluminense.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2018.

TCE. **Estudos Socioeconômicos-Municípios do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: TCE, RJ, 2017. Disponível em: <<file:///C:/Users/NEUZA/Downloads/Estudo%20Socioecon%C3%B4mico%202017%20-%20Campos%20dos%20Goytacazes.pdf>>. Acesso em: 21 ago. 2018.